

PROCESSO	- A.I. Nº 08948941/01
RECORRENTE	- ÂNGELO MÁRIO BALTAZAR DA SILVEIRA
RECORRIDA	- FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO	- RECURSO VOLUNTÁRIO - Acórdão 4ª JJF 2153-04/01
ORIGEM	- IFMT-DAT/METRO
INTERNET	- 07/03/02

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0067-12/02

EMENTA: ICMS. IMPORTAÇÃO. BENS DO ATIVO FIXO. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO NO MOMENTO DO DESEMBARAÇO ADUANEIRO. O importador, pessoa física, é considerado contribuinte do imposto, independentemente da utilização a ser dada à mercadoria objeto da importação. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Com o objetivo de ver modificada a decisão que considerou Procedente o presente Auto de Infração, o autuado através do seu advogado, interpõe um Recurso Voluntário.

De acordo com o PAF o lançamento de ofício que serve como peça inicial deste PAF descreve como infração:

1) FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS IMPORTAÇÃO NO MOMENTO DO DESEMBARAÇO CONFORME DI Nº 0252444-5.

Tempestivamente oferece as suas razões de Recurso, onde praticamente reitera os argumentos apresentados quando de sua impugnação: que a importação foi feita por pessoa física, não contribuinte do imposto, sendo incabível a cobrança. Reafirma que o seu cliente é médico e o bem importado é uma esteira própria para realização de exercícios físicos, destinada a seu uso e de seus familiares, não se configurando de fato gerador do imposto exigido. Cita o artigo 155, II e o inciso IX do § 2º da Constituição Federal, e entende que não aconteceu operação mercantil, nem circulação e não se trata de mercadoria. E mais, não houve “entrada” em estabelecimento e, sim, na residência do importador. Transcreve o § 2º Inc. IX, da Constituição Federal e conclui que “o Supremo Tribunal Federal em acórdãos recentes, emitiu o seu entendimento acerca da matéria, tornando indubitável que o raciocínio exposto pelo recorrente de que é incabível a exigência de ICMS está de acordo com a legislação pátria, respaldando o exposto na forma farta jurisprudência colacionada na defesa”, e pede o julgamento pela Improcedência.

A PROFAZ emite Parecer opinativo onde conclui : “ da análise dos autos, vislumbra-se a acertada decisão da 4ª JJF ao considerar o Auto de Infração Procedente, pois a legitimidade da autuação fiscal encontra-se albergada pela Lei complementar 87/96 e pela Lei do ICMS”. Transcreve o art. 4º, Parágrafo Único, da mencionada LC bem como o art. 5º da lei baiana sobre o ICMS. Entende que o ato praticado constitui fato gerador do ICMS. Pondera de que as decisões do STF trazidas à colação , fazem coisa julgada *inter pars* não possuindo efeito *erga omnes*. E arremata “ enquanto não for proposta ação direta de inconstitucionalidade por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal e com a conseqüente suspensão da execução da lei declarada inconstitucional pelo Senado Federal, a LC nº 87/96 e a Lei nº 7.014/96 são plenamente legítimas e

eficazes” e mais “ não se inclui na competência do CONSEF a declaração de inconstitucionalidade de lei”.

VOTO

O lançamento de ofício reclamou o ICMS por ter o recorrente importado um bem para seu uso pessoal. A matéria envolve dois temas interessantes: a aplicação da legislação estadual sobre a importação por pessoa física e a competência ou não de órgãos administrativo de julgamento fiscal de declarar a inconstitucionalidade de uma norma. Quanto ao primeiro, temos que aplicação da lei complementar e da lei ordinária , numa interpretação muito simples , não nos conduziria a outra conclusão: constitui fato gerador do ICMS a importação de bens mesmo que estes não sejam qualificados como mercadorias e que não “entre” num estabelecimento. Reafirmo posição adotada em processos semelhantes que não se trata de fazer uma interpretação literal da Constituição e sim de não podermos negar vigência à norma complementar e a lei ordinária estadual. Entendo, por outro lado, a dificuldade que temos de interpretar este dispositivo fora do sistema constitucional. Beiraríamos ao absurdo acharmos normal que a aquisição de produtos importados não fossem tributados , pelo menos , de igual forma que os produtos nacionais. Imagine se fosse possível comprarmos bens de elevado valor , como veículos por exemplo, no exterior, sem pagarmos o ICMS a que estamos obrigados se a aquisição fosse feita no Brasil. Respeitamos opiniões em contrário. A jurisprudência , diverso do que afirma o patrono do autuado, não é uniforme. Existem decisões do STJ em outra linha e não houve decisão que fosse considerada unânime. Daí concluímos com a Sra. Procuradora que em respeito a aplicabilidade da Lei do ICMS, o fato descrito na peça inicial constitui fato gerador do ICMS. Acresça-se por curiosidade que a Emenda Constitucional 33 , deixa mais claro o tratamento tributário que deve ter este ICMS- Importação. O Segundo tema diz respeito a impossibilidade trazida pela lei baiana de que não é possível a este Conselho apreciar questões relativas a constitucionalidade ou não de determinadas normas.

Somos portanto pela manutenção da Decisão ora Recorrida que considerou o presente Auto de Infração Procedente. Recurso NÃO PROVIDO.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal, do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **08948941/01**, lavrado contra **ÂNGELO MÁRIO BALTAZAR DA SILVEIRA**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$3.342,74**, acrescido da multa de 60%, prevista no inciso II, do artigo 42, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 18 de fevereiro de 2002.

HELCONIO DE SOUZA ALMEIDA – PRESIDENTE/RELATOR

MARIA HELENA CRUZ BULCÃO – REPR. DA PROFAZ